

Edital das eleições para os colegiados *Páginas 10 e 11*

Este personagem quer impor a qualquer custo a proposta de reforma administrativa *Página 5*



Jornal do Sintutrrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXXVII - Nº 1420

20 de setembro a 2 de outubro de 2023

www.sintutrrj.org.br

SEM LUTA, SEM REAJUSTE!

TERÇA-FEIRA, 5
DE SETEMBRO.
Assembleia
que aprovou
paralisação



Agenda

- Assembleia ato na*
rotatória do CT - 10h
- Ato Unificado na*
Candelária - 15h

* Nas duas atividades, lista de presença da paralisação

3 de outubro
PARALISAÇÃO
DO TRABALHO
MOBILIZAÇÃO
NAS RUAS

Movimento dos servidores por recomposição salarial e Carreira

Página 3

Sintufrrj conclui mais um curso de capacitação

Vinte e nove sindicalizados, entre trabalhadores da ativa e aposentados, receberam na segunda-feira, 18, o certificado de conclusão do curso de Formação Política, realizado entre os meses de março e abril, na sede do Sintufrrj, por iniciativa das Coordenações de Educação e Cultura e de Políticas Sociais, e do coletivo Unir. As aulas foram ministradas pela aluna de doutorado em Sociologia Ana Carolina de Oliveira Gonçalves.

O curso teve carga horária compatível para valer como progressão por capacitação.

A coordenadora de Educação e Cultura Helena Alves já antecipou a abertura de novas tur-

mas: “Outros virão com a mesma ênfase em capacitação. Parabéns a todos e muito obrigada pela participação.”

“Esta direção tem o compromisso de investir em conhecimento, e que some aos salários”, acrescentou a coordenadora de Políticas Sociais Anai Estrela.

“Gostei muito do curso e espero que esse diploma traga mais conhecimento para todos, além da melhoria salarial”, desejou a coordenadora de Aposentados e Pensionistas Fátima Rosane.

“A iniciativa foi do nosso coletivo político Unir, aceita e colocada em prática pela direção do Sintufrrj. O curso foi enriquecedor em ter-



Foto: Elisângela Leite

ALUNOS e coordenadores sindicais comemoram a conquista

mos de novas vivências sobre o movimento sindical. Sindicato é isso: cultura, conhecimento, lazer, luta e trocas. E as portas da entidade estarão sempre abertas para as servidoras e servidores”, afirmou a coordenadora de Ad-

ministração e Finanças Carmen Lucia.

“Parabenizo todos, principalmente aqueles que conseguiram superar as dificuldades de liberação para assistirem às aulas. Aprender nunca é demais, e são vocês que têm que fazer esse

sindicato crescer”, concluiu a coordenadora-geral Laura Gomes.

Ana Carolina agradeceu a oportunidade de estar à frente do curso: “Estou feliz de entregar esses certificados. Foi uma troca qualificada. Obrigada.”

Saúde mental da população negra

O Núcleo de Inclusão, Diversidade e Ações Afirmativas Neusa Santos (Nidaans/Ipúb) informa que transmitirá a 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde Mental da População Negra, no dia 23 de setembro, durante os períodos da manhã e tarde.

A transmissão ocor-

rerá no auditório Leme Lopes, do Ipub, localizado na Avenida Venceslau Brás, 71, Botafogo, Campus Praia Vermelha. A iniciativa visa garantir a participação dos usuários e familiares. O estado do Rio de Janeiro é o segundo maior com números de inscrições (cerca de 350).

Reunião do GT LGBTQIA+ do Sintufrrj

O GT se reúne na quarta-feira, 27 de outubro, às 14h, no formato virtual. Em breve divulgaremos o link para inscrição.

SETEMBRO AMARELO

Acolhendo a vida! 2023

Quarta-feira, 27 de outubro, das 9h às 12h, no auditório Almir Fraga Valladares, bloco N, prédio do CCS.

PROGRAMAÇÃO:

9h - Mesa de abertura.

9h30 - CVV – Apoio Emocional.

Valorização da Vida no Setembro Amarelo: Graça Araújo (CVV).

10h30 – Sobre o morrer e o nascer de cada dia: reflexões a cerca do suicídio.

Renata Ferreira de Azeredo, doutoranda em Psicologia Social na UERJ e mestra em Saúde Coletiva.

INSCRIÇÕES

<https://doity.com.br/setembroamarelo2023-ufrrj>



Obituário

Com pesar registramos o falecimento do aposentado Álvaro Gonçalves Pereira, aos 80 anos, ocorrido no dia 13 de setembro, vítima de um AVC.



“Ela ainda está entre nós”

Este é o título do livro de autoria do técnico-administrativo aposentado da UFRJ Hiran Roedel. Trata-se de um romance político que traça um paralelo com a ditadura militar. O lançamento está previsto para 20 de setembro, às 18h30, na ocupação Manoel Congo (Rua Evaristo da Veiga, centro do Rio), com a presença do cineasta Silvio Tendler e da militante Lurdinha no debate “A nossa sociedade ainda permeia pensamentos antidemocráticos”.



EXPEDIENTE

Coordenação de Comunicação Sindical: Adriano Cícero Rabello, Marli Rodrigues da Silva e Nivaldo Holmes de Almeida Filho / Conselho Editorial: Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / Equipe de Edição: Ana de Angelis e L. Maranhão / Reportagem: Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / Projeto Gráfico: Jamil Malafaia / Diagramação: Luis Fernando Couto, Edilson Soares Martins e Jamil Malafaia / Fotografia: Renan Silva / Revisão: Roberto Azul / Tiragem: 3500 exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / Impressão: 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunic@sintufrrj.org.br.

ATO UNIFICADO NO 3 DE OUTUBRO

Foto: Divulgação

Reunião do Fórum dos Servidores Públicos do Rio discutiu as orientações da Fasubra e do Fonasefe (fórum de todos os sindicatos nacionais de servidores) e decidiu pela chamada de uma manifestação unificada no dia 3 de outubro, às 15h, na Candelária – Centro pautando recomposição salarial, valorização das carreiras e defesa do serviço público.

Em todo o país os servidores realizarão paralisações e manifestações neste dia. Entre 2 e 7 de outubro diversas ações de pressão na Câmara dos Deputados e no Senado serão coordenadas pelo Fonasefe.

No Rio, o ato irá se unificar com a mobilização nacional de sindicatos,

movimentos e partidos de esquerda pela soberania e contra as privatizações, com o simbolismo dos 70 anos da Petrobras.

Durante a reunião, informes de diferentes bases falaram de paralisações já definidas, como UFRJ, UFF e Colégio Pedro II. Outras bases irão decidir em assembleias se paralisam nos próximos dias. As bases têm em comum a indignação com a proposição do governo na mesa de negociação que não prevê reajuste dos servidores no Orçamento de 2024.

O Sintufjr reforçou a linha de ação deliberada em assembleia do dia 5 de setembro, com 200 presentes, que indicou a paralisação e a luta pela conquista de reajuste



PARTICIPARAM DA REUNIÃO as direções sindicais do Sindsep-RJ, Sintufjr, Sintuff, Asunirio, Andes, Adufrj, Aduff, Sintifjr, Sindiscope, Sinal, Assibge e Federação Única dos Petroleiros – FUP

no Orçamento de 2024 e aperfeiçoamento da Carreira TAE.

A direção do Sintufjr entende que é somente no processo de luta que podemos arrancar vitórias em um cenário

no qual o governo não apontou orçamento para nenhuma das reivindicações da base.

● O Sintufjr disponibilizará inscrições on line para transporte das demais unidades rumo à

assembleia-ato, às 10h, na Praça da Isonomia (rotatória do CT), no Fundão.

● Às 14h, o ônibus sairá da sede Fundão rumo ao ato unificado, às 15h, na Candelária.

Só a luta pode mudar o Orçamento

O governo acaba de anunciar que quer usar parte do dinheiro extra do Orçamento de 2024 (se a receita for favorável) para reajuste dos servidores.

Mas para que a declaração da ministra da Gestão e da Inovação, Esther Dweck, vá além da intenção e se transforme em realidade é preciso pressão sobre o governo.

“Precisamos ampliar a luta e preparar uma greve forte, unificada”, conclama Esteban Crescente, coordenador-geral do Sintufjr.

O raciocínio é claro. Só com pressão total vamos

obter conquistas. “É a própria fala da ministra já é reflexo do embate dos servidores nas redes, no encaminhamento do calendário de lutas, nas assembleias e reuniões. É o governo tentando dar uma resposta”, observa o dirigente.

“Tá demonstrado que tem espaço para buscarmos no Orçamento resposta à nossa pauta econômica”, sustenta Esteban. “Mas é preciso lutar por esse espaço, brigar, pressionar o governo com as demandas que nascem nas bases de nossa categoria”, acrescenta o dirigente.

O que disse a ministra

A ministra da Gestão e da Inovação, Esther Dweck, disse que parte dos recursos que poderão ser liberados para gastos adicionais “deverá ser usada para reajustar salário de servidores”. Esse crédito extra, segundo estimativas do gover-

no, pode chegar a R\$ 15 bilhões. Mas a ministra deixou claro: nem todo esse dinheiro viria para a recomposição salarial do funcionalismo. Só “parte”. E o tamanho dessa parte depende, naturalmente, da capacidade de pressão dos trabalhadores.



Foto: Internet

O desafio é grande. A pressão no governo indo às ruas construir a greve do serviço público conforme orienta o Fonasefe. E

buscar apoio na sociedade, dialogar com a população, pressionar parlamentares, articular com os parlamentares da Frente Parla-

mentar Mista do Serviço Público.

“Uma greve forte arranca conquistas”, diz o coordenador do Sintufjr.

Negociação em mesa específica entre a Fasubra e o governo já começou

Aumento do estepe de 3,9% para 5% e piso de três salários mínimos estão entre as propostas de reestruturação da Carreira

A reunião de 6 de setembro entre a Fasubra e a Secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu) deu início à mesa específica que discutirá o aprimoramento do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC).

Na primeira mesa de negociação específica temporária, em 4 de setembro, com a participação do Sinasefe e das secretarias do Ministério da Gestão e Inovação e do MEC, a Fasubra apresentou os parâmetros gerais da carreira e a metodologia de discussão para seu aprimoramento a curto, médio e longo prazo.

Na reunião com a Sesu, no dia 6, a Fasubra apresentou à secretária Denise Pires de Carvalho o Acordo de Greve de 2015, cujos encaminhamentos foram suspensos em 2016, época do golpe contra Dilma Rousseff, deixando pendentes vários itens pactuados com o governo da ex-presidenta, entre os quais a criação de grupos de trabalho para assuntos como reposicionamento dos aposentados e democratização

nas universidades. Ficou acertado com a Sesu que seria recuperado o que foi discutido com o governo Dilma.

A Fasubra enfatizou a necessidade de reinstalação da CNSC e seu impacto nos trabalhos da mesa setorial, que finalizará as negociações acerca do aprimoramento do PCCTAE.

EXPECTATIVAS

A carreira e outras demandas específicas da categoria é o que está em pauta na mesa setorial entre a Federação e o governo. O GT Carreira Nacional da Fasubra já apresentou as propostas de curto prazo sobre o aprimoramento do PCCTAE.

Nesse horizonte, a previsão é que as negociações ocorrerão até dezembro de 2023, e com aplicação de seus efeitos financeiros ou não até 2024, conforme o caminhar do processo de negociação.

Neste primeiro relatório preparado pela Comissão de Sistematização do GT Carreira da Fasubra consta a contribuição de 18 entidades de base.

REAJUSTE LINEAR

De acordo com Marcelo



Foto: Divulgação

EM BRASÍLIA, dirigentes da Fasubra se reúnem com Denise de Carvalho, secretária da Sesu

Rosa, da Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Fasubra, a Federação não tratou de reajuste linear nas duas

últimas reuniões com o governo porque esse tema é da mesa central com o Ministério da Gestão e Inovação, o Fórum das Entidades

Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Propostas da Fasubra para Carreira

Em linhas gerais, veja as propostas levadas ao governo:

- aumento do estepe de 3,9% para 5%;
- piso de três salários mínimos;
- discussão sobre elevação dos níveis de capacitação e reestruturação da amplitude da tabela salarial;
- entre outras, as reivindicações devem atender ativos e aposentados;
- reinstalação imediata da CNSC.

O fantasma de volta

Na queda de braço entre Arthur Lira e governo, a reforma administrativa volta a assombrar o serviço público. Mobilização é a saída.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A proposta de uma reforma administrativa que altere as relações de trabalho dos milhares de servidores e que pode resultar em mudança substantiva da anatomia da máquina pública reaparece no cenário. O artífice da manobra é o chefe do Centrão e da Câmara, Arthur Lira, que estabeleceu um jogo de chantagem nas suas relações com o governo cacifado pelo exército fisiológico e conservador de parlamentares.

O especialista em serviço público e ex-diretor do Dieese e do Diap, Vladimir Nepomuceno, é um observador da cena política em Brasília com impacto na vida dos trabalhadores do serviço público.

Nepomuceno sustenta que o governo Lula é radicalmente contra a proposta de reforma administrativa apresentada no governo anterior conheci-

da como PEC 32.

O governo não tem acordo “nem com o texto original apresentado pelo governo Bolsonaro, nem com o substitutivo aprovado pela Comissão Especial responsável por analisar o texto. Segundo posicionamento do atual governo, a PEC 32 deveria ser arquivada pelo presidente da Câmara dos Deputados”, observa Nepomuceno.

GOVERNO SOB PRESSÃO

Mas no mundo das pressões a realidade é preocupante. Nepomuceno lembra que Lira (que recentemente disse que a reforma administrativa terá que ser discutida com o governo “querendo ou não”) tem condição de impor o texto aprovado na Comissão Especial pondo em votação.

“Não podemos esque-

cer que para aprovar uma PEC são necessários 308 votos de deputados, equivalente a 60% do total de deputados federais eleitos, mas que a base fiel ao governo não atinge 30%”, na Câmara, diz o analista.

Ele explica que, no momento, Lira está dizendo que o governo deve se posicionar sobre o que gostaria de negociar, como algum

ponto do texto substitutivo. Caso contrário, ele porá em votação do jeito que o texto se encontra. E assim o governo se prepara para propor alternativas.

“O governo está se preparando para apresentar não uma PEC ou alterações, mas propostas de projetos de lei que possam modernizar e aperfeiçoar a administração pública,

sem tirar direitos de atuais e futuros servidores.”

Mas do que nunca, a certeza é que só os trabalhadores organizados em ações políticas com alta taxa de mobilização serão capazes de barrar o sequestro de direitos. Como fizeram em 2022, barrando a mesma reforma que agora as forças antipovo querem impor.

Proposta ataca direitos e enfraquece Estado

A PEC 32/2020 da reforma administrativa está parada na Câmara dos Deputados desde setembro de 2021. Aprovada na Comissão Especial através de manobras de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, ela não avançou fundamentalmente devido à intensa mobilização e à forte pressão do funcionalismo público.

Mas Lira e companhia têm agido para tentar votá-la, afinal a proposta favorece os defensores da privatização dos serviços públicos e empresários. Lira se valeu recentemente de um manifesto apresentado à Câmara por 23 Frentes Parlamentares favoráveis à votação para colocar a PEC em jogo novamente.

Essa PEC de Paulo Guedes e Jair Bol-

sonaro visa à redução do Estado, com diminuição do funcionalismo, supressão de direitos e ataques a conquistas da categoria, como a estabilidade.

A PEC 32 propõe a demissão do servidor por insuficiência de desempenho e corte de salários em até 25% em situação de crise fiscal.

O servidor passa também a poder ser demitido em caso de declaração de obsolescência do cargo que ocupa.

Pelo texto, os concursos acabam na prática, dando lugar a contratações temporárias por um período de 10 anos em todas as atividades de governo. A PEC favorece a terceirização no serviço público com as OS e a Ebsers na gestão dos HUs, abrindo caminho para a privatização.

Sete meses sem teto

Drama da Educação Infantil da UFRJ volta a ser exposto no Conselho Universitário. Falta de espaço adequado resulta em evasão de alunos e transtornos

Munidos de uma enorme faixa e muitos cartazes com dizeres como “A aula hoje é no Con-suni”, servidores, trabalhadores terceirizados e familiares de alunos do Segmento da Educação Infantil do Colégio de Aplicação (Cap) realizaram, com apoio do Sintufrij, manifestação na sessão do Conselho Universitário na quinta-feira, 14 de setembro. O problema é a falta de um local adequado para funcionamento da escola, onde estudam crianças de 2 a 5 anos de idade.

A manifestação foi para expor a situação precária em que se encontra a Educação Infantil da UFRJ e reivindicar uma solução da Reitoria. Há sete meses, desde

que o segmento foi desalojado do Fundão, onde já funcionava de forma provisória, as aulas estão sendo ministradas no Colégio de Aplicação, na Lagoa. Quatro turmas foram amontoadas em um único espaço do tamanho de uma sala de aula normal.

Dos 57 alunos, atualmente somente 26 estão com matrícula ativa. Iolanda Silva Menezes de Araújo, técnica em assuntos educacionais – que, com Monique Tavares, representa os profissionais da Educação Infantil na comissão instituída pela Reitoria para encontrar uma sede provisória para instalação do segmento –, fez um histórico da situação.

Segundo a servidora,



Fotos: Elisângela Leite

PROTESTO NO CONSUNI. Situação inaceitável resulta em evasão de estudantes

trabalhadores e alunos há sete meses dividem duas salas improvisadas na sede do Colégio de Aplicação, na Lagoa, em total precariedade. “Até o momento não conseguimos nenhum espaço emergencial, porque existem especificidades

para alocar crianças”, disse.

A técnica-administrativa Cristina Susarti lamentou que somente 26 alunos matriculados estejam frequentando as aulas, e por não ter sido publicado edital para abertura de novas vagas

em 2024. Porque faz falta para as crianças pobres, negras o espaço de arte, de educação e de cultura que a escola oferece. “Queremos que o reitor empossado busque solução para garantir o direito de nossas crianças”, reivindicou.

Sintufrij apoia reivindicação

Os coordenadores do sindicato Marli Rodrigues, Edmilson Pereira, Nivaldo Holmes e o dirigente da Fasubra, Francisco de Assis, distribuíram panfletos aos conselheiros antes do início da sessão em apoio à luta da educação infantil.

Roberto Gambine, da banca dos técnicos, expôs o drama e Esteban Crescente, coordenador-geral, informou que o apoio do Sintufrij aos trabalhadores do Cap foi decisão de assembleia.

O reitor Roberto Medronho disse que já solicitou verba à Secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu) para uma solução de emergência para a questão.

Os trabalhadores do Cap criticaram a falta de uma resposta mais precisa do reitor, depois de sete meses de espera. “Vamos aguardar que esta nova reitoria consiga resolver a situação”, disse Yolanda. A Associação de Pais e Amigos do Cap exige uma solução para o problema.



Sintufjrj e outras entidades fazem parte da comissão que vai avaliar a Ebserh

O Sintufjrj já tem representante na comissão paritária responsável por avaliar a evolução institucional dos hospitais universitários federais sob a gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O nome indicado pela entidade, e referendado pela assembleia geral da categoria, no dia 5 de setembro, foi o do técnico-administrativo Roberto Gambine.

Criada pela Reitoria por meio da Portaria nº 9.069 no dia 23 de agosto, a comissão era composta somente por professores, técnicos-administrativos e estudantes, sem representação das entidades que compõem o movimento sindical e estudantil na UFRJ. Até que o reitor acatou a reivindicação do Sintufjrj e abriu espaços para os sindicatos, o DCE Mário Prata e a Attufjrj (associação dos terceirizados).

DEBATE É NECESSÁRIO

Nos últimos 10 anos, dezenas de hospitais aderiram à Ebserh. Ao renunciarem à gestão das suas unidades hospitalares, a expectativa das universidades era oferecer melhor atendimento à população com mais orçamento e pessoal. Porém, isso não aconteceu, segundo os profissionais de saúde dessas instituições, que



Foto: Elisângela Leite

GAMBINE. Experiência para apresentar contrapontos às teses oficiais que defendem a empresa

denunciam as mesmas condições precárias de trabalho, por falta de investimentos financeiros.

Além disso, o assédio moral aumentou sob a nova administração, que exige resultados como se os hospitais fossem uma empresa privada. E com isso as práticas de ensino, pesquisa e ex-

tensão deixaram de ser o centro dos HUs.

O Sintufjrj reivindicava da Reitoria a realização de amplos debates com a comunidade universitária, antes mesmo de o Conselho Universitário aprovar, no dia 2 de dezembro de 2021, numa votação tumultuada, em sessão híbrida,

em plena pandemia, sob fortes críticas dos movimentos presentes na reunião do colegiado, a autorização para que a Reitoria abrisse entendimentos com a Ebserh.

ESTUDOS

Roberto Gambine informou como foi a primeira reunião da comissão

da qual participou, na sexta-feira, 15.

Gambine pôde observar que o GT adotou uma metodologia a seu ver adequada para a condução dos trabalhos e explicou que a ideia é fazer um levantamento, considerando o período entre 2012 e 2022, nos hospitais que aderiram, tendo em vista a situação real do hospital.

O grupo vai levantar e analisar vários indicadores, tais como resultados alcançados, variação do número de leitos, consultas, internações, variação do número de profissionais de saúde nas várias categorias, questão da remuneração, estrutura, investimentos, expansão, e a relação como as universidades (por exemplo, quantos dirigentes ainda são da universidade, se são ou não originados das universidades ou se são da Ebserh).

Antes da entrada do Sintufjrj, a composição da comissão era a seguinte: os professores Lígia Bahia (médica, especialista em Saúde Pública) e Marcelo Land (médico do IPPMG e coordenador do Complexo Hospitalar); a enfermeira Cristina Cerbella, do IPPMG; a auxiliar de enfermagem Gerly Miceli, do IPPMG; e os estudantes Keven de Souza e Natália Trindade (APG).

Atribuições da comissão

- Levantar informações de caráter público referentes ao desempenho dos hospitais universitários federais no que concerne às suas missões institucionais;
- Promover troca de informações com a Ebserh e hospitais associados;
- Obter depoimentos de integrantes do corpo social dessas instituições que contribuam para a análise de sua evolução institucional;
- Preparar relatório analítico do material obtido, que será encaminhado ao reitor.

Aposentados em Brasília

Dia 4 de outubro, às 10h, no Espaço Cultural, a Coordenação de Aposentados e Pensionistas realiza reunião.

O X Encontro Nacional de Aposentados(as), Aposentandos(as) e Pensionistas da Fasubra, realizado de 15 a 17 de setembro, em Brasília, na Associação dos Docentes da UnB, teve a participação de 35 entidades filiadas de 23 estados. Mais de 200 pessoas participaram das atividades político-culturais nos três dias do evento.

Profissionais de diferentes áreas convidados pela Federação trataram em suas palestras de temas que discutem as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelas pessoas da terceira idade, tais como os preconceitos aos idosos no Brasil expressos no racismo, etarismo e no direito das mulheres envelhecerem livremente e com autonomia.

Também foram abor-

dados assuntos relacionados à carreira e relações de trabalho, direitos adquiridos ao longo dos anos, direitos sociais, planos de saúde, Previdência Social, entre outras temáticas de interesse do público presente ao encontro.

SINTUFRJ

O Sintufrj foi representado pelas coordenadoras de Aposentados e Pensionistas Ana Célia da Silva e Maria Inês Guimarães, e pelas companheiras indicadas na reunião da Coordenação da pasta, no dia 23 de agosto, Maria Lenilva da Cruz, Ednilza Guimarães, Vânia Guedes, Norma Santiago e Selene de Sousa.

"A qualidade das palestras foi responsável por estimular um debate rico sobre os temas, despertando mais ainda



Foto: Divulgação

DELEGAÇÃO do Sintufrj no encontro: mulheres empoderadas

o interesse dos aposentados em estar sempre juntos nas lutas da categoria, sob a liderança das entidades sindicais", avaliou a coordenadora Ana Célia.

É intenção da Fasubra incentivar a realização de encontros regionais, organizados pelas entidades de base, para manter os aposentados atua-

lizados sobre as questões da categoria, e preparar a pauta do encontro nacional, que acontece uma vez ao ano.

"O encontro foi muito bom, pois os debates foram democráticos, sem brigas e com um conteúdo muito atualizado. Os idosos e idosas devem ter independência e não se deixarem ser explo-

rados/as pela família e pela sociedade, compreendendo que é necessário continuar indo à luta de forma individual e coletiva", afirmou Maria Inês Guimarães.

Os sete participantes da base do Sintufrj foram incluídos no grupo nacional de aposentados e pensionistas da Fasubra.

SEMINÁRIO

O Fazer Coletivo dos Trabalhadores nas Pró-reitorias

SEGUNDA-FEIRA

25 DE SET.

DAS 9H30 ÀS 13H

PARQUE TECNOLÓGICO
AUDITÓRIO INOVA UFRJ

PROGRAMAÇÃO:

9h30 - Café da manhã.

10h - Acolhimento.

10h30 - Políticas de combate ao Assédio Moral na UFRJ.

11h30 - O olhar dos trabalhadores na execução do PGD nas pró-reitorias e gabinete.

13h - Encerramento.

Em tempo – No seminário será instalada a reunião de base e agendada a eleição para Delegados Sindicais de Base.



Amil

Em carta, a Amil encaminhou ao Sintufrj e à Administradora All Care proposta de reajuste de 38% da maior carteira de usuários, com mais de 3.700 vidas, com base em índice de custos de equipamentos e insumos médicos.

A direção do Sintufrj considerou a proposta inaceitável e debateu o assunto na reunião com a Comissão de Usuários da Amil e a Administradora de Planos do Sintufrj All Care. Na ocasião foi avaliado o relatório de sinistralidade do plano (custos de uso dos pacientes em relação ao ingresso

de pagamentos) e formulada uma contraproposta.

A contraproposta consiste em redução dos valores totais de sinistralidade dos últimos 12 meses dos maiores usuários, cujos custos médicos de pacientes resultaram em quase R\$ 4 milhões. Com isso, o índice de reajuste baseado na sinistralidade seria de 11,6%. Tanto a direção sindical quanto a comissão de usuários concordaram com a proposta.

No dia 25 de setembro haverá outra reunião para se saber a decisão da Amil.

Esporte e Lazer

Em outubro, mês em que se comemora o Dia do Servidor Público, os atletas da UFRJ entram em campo para disputar o campeonato de futebol do Sintufrj. A Coordenação de Esporte e Lazer convida representantes das unidades para reunião na terça-feira, 26 de setembro, às 14h, na sala anexa ao Espaço Saúde do sindicato.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS NO MUSEU NACIONAL

Na quarta-feira, 27 de setembro, das 10h às 14h30. Urna na recepção da biblioteca do Horto. Inscrições de candidatos até sexta-feira, 22, pelo e-mail: secretaria@sintufrj.org.br.

Celebração do MST no Circo Voador

Marta Batista saudou festival do movimento. “O Sintufjr tem uma relação de diálogo e solidariedade com o MST”, disse

Durante três dias, de 15 a 17 de setembro, o Circo Voador, nos Arcos da Lapa, recebeu o “Festival do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST): por Terra, Arte e Pão”. Foi uma série de atividades com feira de produtos agroecológicos, oficinas, debates, apresentações culturais e shows para comemorar o aniversário do Armazém do Campo do Rio de Janeiro, que há cinco anos comercializa alimentos saudáveis vindos de assentamentos da reforma agrária, cooperativas do MST e movimentos parceiros de pequenos agricultores.

Na abertura do Festival, na noite do dia 15, um ato político marcou a cerimônia. Foi uma grande manifestação de solidariedade ao MST – o movimento e seus apoiadores têm sofrido perseguição da extrema direita –, com a participação de representantes de organizações da sociedade civil, partidos políticos, e diversas organizações e movimentos populares. A solidariedade, aliás, é um valor caro ao MST, que completará 40 anos em 2024. Esse valor é tido como central pelo Movimento, que luta pela reforma agrária e busca construir uma sociedade mais justa e igualitária.

O Sintufjr e integrantes da base participaram do ato político. A coordenadora-geral, Marta Batista, representou o Sintufjr. “O



Fotos Daniel Outlander

SINTUFJR E UFRJ PRESENTES. Antônio Oscar, Marta, Flávio Chedid, Cícero e Paulo Victor

Sintufjr tem uma relação de diálogo e solidariedade com o MST que não é de agora. Por isso fomos convidados para esse ato de abertura. Vimos expressar também nossa solidariedade contra essa CPI promovida pela extrema direita para atacar o MST”, explicou Marta.

“Temos um projeto com o Armazém do Campo desde que ele surgiu, portanto, fazemos parte desses cinco anos”, falou Flávio Chedid, que trabalha com extensão universitária há vários anos no NIDES/CT.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi



instalada na Câmara dos Deputados por deputados bolsonaristas em maio para investigar o Movimento com o objetivo de criminalizar as ações do MST. Gilmar Mauro, da coordenação nacional do Movimento, destacou, na abertura da cerimônia, que a forma de acabar com o MST é fazendo a reforma agrária.

“A forma de acabar com o MST é fazer a reforma agrária. No entanto, te-

mos plena consciência de que isso não será feito de cima para baixo”, disse o coordenador, que destacou a necessidade de o Estado brasileiro investir cada vez mais para que os alimentos da reforma agrária cheguem à mesa da classe trabalhadora.

“A fome e a miséria campeiam em nosso país, queremos produzir alimentos dos pequenos agricultores, assentados e assentadas para colocar na

Agenda

O Festival do MST segue com agenda até o final do ano e ainda ocorrerá em Brasília, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Belém. “Nossos festivais pretendem ser esse verdadeiro encontro: da luta com a arte, como uma forma legítima de fazer política. Possibilitando a ampliação do diálogo com a sociedade, coletivos, manifestações culturais e a periferia de vários cantos do país. Nosso lema pela conquista da terra, do direito à arte e a possibilidade do pão para todos e todas sintetiza e convida a sociedade brasileira para defender a cultura e a reforma agrária popular”, finaliza Carla Loop, do Coletivo de Cultura do MST.

mesa da classe trabalhadora. Queremos consumir não só em armazéns populares, mas em sacolões populares por todas as periferias e que o Estado brasileiro subsidie”, afirmou Gilmar Mauro.

O “Festival do MST: por Terra, Arte e Pão” também denuncia a criminalização do MST, mostrando a capacidade de produção cultural e de alimentos saudáveis diante do processo da CPI.

Eleição aos órgãos colegiados em outubro

A eleição para os quatro conselhos superiores da UFRJ já tem data: dias 25 e 26 de outubro, por voto presencial em urna. A convocação e a supervisão do processo eleitoral são de responsabilidade da Reitoria, mas a organização do pleito é do Sintufrj. As candidaturas serão por chapas e a votação presencial em urnas.

Inscrição das chapas: 4 e 5 de outubro, das 9h às 17h, na sala 1 da Pró-Reitoria de Pessoal, no

Parque Tecnológico. A Comissão Eleitoral será composta de três representantes indicados pela Administração Central e de três pelo Sintufrj – titulares com seus respectivos suplentes. A apuração dos votos ocorrerá no dia 27 de outubro.

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Consuni – O Conselho Universitário é o órgão máximo de deliberações da instituição. Os técnicos-administrativos têm direito a cinco vagas de titulares e cinco de suplentes.

CEG – No Conselho de Ensino de Graduação, das 17 vagas, os TAEs ocupam três, com respectivos suplentes.

CEPG – Também no Conselho de Ensino para Graduados são 17 conselheiros, incluindo 1 da comunidade externa. Os TAEs têm uma vaga e mais o suplente.

CEU – O Conselho de Extensão Universitária foi criado em 30 de maio de 2018, e os TAEs ocupam duas vagas efetivas com seus suplentes.

As chapas terão que

“A representação dos técnicos-administrativos está reduzida a 15% das cadeiras no Consuni, embora o segmento seja mais numeroso do que o de docentes na UFRJ, como é também o de estudantes. Nossa luta é pela paridade de um terço para cada segmento na ocupação desses espaços. Seguiremos com a reivindicação, mas, enquanto isso, vamos ocupar as vagas que estão definidas”, orientou o coordenador-geral do Sintufrj Esteban Crescente.

ter titulares e suplentes para cada um dos quatro conselhos superiores,

num total de 22 integrantes: 11 titulares e 11 suplentes.

EDITAL Nº 1150, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023

Processo nº

23079.247421/2023-99

OBJETO: Convoca a eleição para os representantes técnico-administrativos em educação nos conselhos superiores da UFRJ.

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições e de acordo com o parágrafo 7º do Artigo 64 do Estatuto da UFRJ, que determina que os representantes dos servidores Técnico-Administrativos em Educação nos órgãos colegiados superiores serão escolhidos pelos seus pares, segundo processo convocado e supervisionado pela Reitoria e organizado pela entidade representativa, torna público o presente edital de convocação.

REGIMENTO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES TITULARES E SUPLENTE DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI); CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CEG), CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS (CEPG), CONSELHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (CEU)

I – Das Disposições Preliminares

Art. 1º No cumprimento do Estatuto e das normas afetas ao processo, a Reitoria da UFRJ, representada pela Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4), supervisionará o processo eleitoral organizado pelo

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (SINTUFRJ) na organização, como entidade representativa dos servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFRJ, na forma deste Edital.

§1º A Comissão Eleitoral será constituída, por 03 (três) representantes indicados pela administração superior, e 03 (três) representantes indicados pelo SINTUFRJ, com seus respectivos suplentes, com a atribuição de supervisionar e organizar os atos necessários à execução e realização do processo eleitoral.

§2º No ato da homologação, cada chapa inscrita ao pleito deve indicar mais 3 (três) membros para apoiar os trabalhos da comissão.

Art. 2º As vagas para representação dos servidores Técnico-Administrativos em Educação no CONSUNI, CEG, CEPG e CEU estão assim distribuídas:

- No CONSUNI, 05 (cinco) vagas para titular e 05 (cinco) vagas para os respectivos suplentes;
 - No CEG, 03 (três) vagas para titular e 03 (três) de suplentes;
 - No CEPG, 01 (uma) vaga para titular e 01 (uma) de suplente;
 - No CEU, 02 (duas) vagas para titular e 02 (duas) de suplentes;
- Parágrafo único: caso haja alteração da quantidade de técnico-administrativos em educação nas bancadas dos colegiados que tratam este artigo, fica consignado que a eleição, de que

trata este edital, servirá de base para a escolha dos novos conselheiros, devendo as vagas serem ocupadas pelo sistema de chamada previsto neste edital.

II – Da Inscrição

Art. 3º A candidatura para as vagas de representante Técnico-Administrativo em Educação nos colegiados superiores CONSUNI, CEG, CEPG e CEU dar-se-á por chapa a partir dos procedimentos a seguir:

- Cada chapa será composta pelo conjunto de titulares e suplentes dos quatro conselhos, contabilizando 22 (vinte e dois) integrantes: 11 (onze) nomes para titular e 11 (onze) nomes para suplente, garantindo na composição a

EDITAL Nº 1150, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023

Continuação

diversidade de gênero, raça e representação de pessoas com deficiência; b) Cada chapa descreverá, no ato da inscrição, em formulário próprio, cada componente da chapa, apresentando o nome completo; o número de registro no SIAPE, o cargo, a vaga a qual se candidata, e a unidade da UFRJ onde está lotado/localizado;

c) Serão liminarmente invalidadas as inscrições de chapas que não apresentarem o total de titulares e respectivos suplentes, para cada órgão colegiado; e um dos seguintes dados exigidos: o nome completo do candidato, número de registro no SIAPE, ou unidade onde está localizado.

Art. 4º Poderão concorrer às eleições nos colegiados superiores CONSUNI, CEG, CEPG e CEU os servidores Técnico-Administrativos em Educação lotados/localizados em unidades pertencentes à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

§1º É vedada a candidatura para a representação dos Técnico-Administrativos em Educação no CONSUNI dos atuais membros.

§2º É vedada a candidatura para a representação dos Técnico-Administrativos em Educação no CEG, CEPG e CEU dos atuais membros que tenham exercido o mandato por duas legislaturas

consecutivas, conforme regimento interno dos respectivos conselhos.

Art. 5º A inscrição das chapas para os colegiados superiores CONSUNI, CEG, CEPG e CEU ocorrerá de 4 a 5 de outubro de 2023, das 9:00h às 17:00h, na sala 1 da PR4, no parque tecnológico.

Art. 6º A homologação das inscrições de chapas e das inscrições nominais fica sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral, e ocorrerá às 14:00h do dia 6 de outubro na sala 1 da PR4, no parque tecnológico, e divulgada na página da pessoal.ufrj.br obedecendo os critérios previstos no regimento interno dos respectivos colegiados.

III – Da Eleição

Art. 7º A eleição será realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2023

Art. 8º A eleição será realizada na forma presencial em urna física. A localização das urnas, seus horários de funcionamento, a composição das mesas eleitorais, bem como a guarda das urnas e demais materiais pertinentes ao pleito serão definidos e executados pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. A fiscalização será de responsabilidade das chapas concorrentes.

Art. 9º. A cédula eleitoral conterá o nome e o número das chapas homologadas.

Parágrafo único. Em caso

de uma única chapa, deverão estar impressas na cédula as opções SIM e NÃO.

Art. 10 A critério da Comissão Eleitoral poderão ser organizados debates com a(s) chapa (s) inscrita(s)

Art. 11 Sobre os materiais para garantia do pleito, fica estabelecido o que segue:

I – o fornecimento da listagem de servidores e suas localizações ficará a cargo da PR4; e

II – a elaboração, confecção e guarda das cédulas ficará a cargo da Comissão Eleitoral.

Art. 12 O SINTUFRJ apoiará o processo fornecendo a cada uma das chapas inscritas o total de 5 (cinco) mil cópias em papel A4 para divulgação das propostas de cada chapa, 150 cartazes em papel A3 e publicará em uma página de seu jornal, na semana que antecede as eleições, textos com a divulgação de cada chapa que será(ão) avisada(s) previamente do espaço (número de caracteres) que terá(ão) direito.

IV – Da Apuração

Art. 13 A apuração será realizada no dia 27 de outubro de 2023 as 9:00h, em local a ser definido pela comissão.

Parágrafo único. Serão considerados válidos os votos atribuídos a uma chapa. Em caso de chapa única, serão considerados válidos os votos con-

signados com as opções SIM e NÃO.

V - Dos Resultados

Art. 14 Serão considerados eleitos os candidatos a representantes efetivos e seus respectivos suplentes, constantes das chapas concorrentes e que comporão a representação proporcionalmente ao número de votos válidos atribuídos a cada uma das chapas.

§ 1º As vagas serão distribuídas entre as chapas, em ordem de chamadas alternadas, respeitando a proporcionalidade da votação, com a indicação de titular e suplente da mesma vaga, até que todas as 11 (onze) vagas sejam preenchidas.

§ 2º No caso de chapa única, ela será considerada vitoriosa se conseguir maioria simples de votos SIM, e em caso de maioria de votos NÃO, o processo será anulado e novo processo será convocado.

§ 3º O resultado desta eleição homologará todos os membros das chapas para processo de chamada que poderá ocorrer conforme parágrafo único do artigo 2º.

Art. 15 Apurados os resultados, a Comissão Eleitoral aguardará até às 17:00 horas do dia 30 de outubro de 2023 para recebimento e análise de eventuais solicitações de recurso, antes da proclamação do resultado.

Art. 16 Não havendo recurso, ou sendo o mesmo indeferido pela

Comissão Eleitoral, o resultado será enviado ao Presidente do Conselho Universitário da UFRJ, para homologação do resultado.

Art. 17 A posse dos representantes dos servidores Técnico-Administrativos em Educação se dará na primeira sessão, após a proclamação do resultado, no respectivo colegiado para os quais os representantes foram eleitos.

Art. 18 Declarado o resultado, a Comissão Eleitoral aguardará 24h para análise de eventuais solicitações de recurso, antes da promulgação do resultado.

Art. 19 Não havendo recurso ou o mesmo sendo indeferido pela Comissão Eleitoral, o resultado será enviado ao Presidente do Conselho Universitário da UFRJ.

Art. 20 A posse dos representantes dos técnico-administrativos em educação acontecerá após o término do mandato dos atuais representantes, de acordo com os prazos dos respectivos colegiados.

VI – Disposições Gerais

Art. 21 A PR4 enviará às chefias dos servidores participantes na Comissão Eleitoral e candidatos cujas inscrições foram homologadas, declaração de participação em atividade institucional, como comprovação de frequência no período definido nesta portaria.



LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA



FOME DE JUSTIÇA

Esse ímpeto esteve presente na manifestação do Grito dos Excluídos na sua 29ª edição em várias cidades brasileiras no 7 de Setembro, feriado da Independência. No Rio, o carro de som do Sintufrrj propagou esse grito por JUSTIÇA na marcha entre a Presidente Vargas e a Praça Mauá. “Chega de dinheiro pra banqueiros, queremos orçamento para as áreas sociais”, sintetizou Esteban Crescente, dirigente do sindicato. O protesto teve força simbólica expressa em faixas, bandeiras, cartazes improvisados, algumas peças comoventes – como a da menina carregando a imitação de uma pequena urna mortuária para denunciar o assassinato de crianças na periferia. Na denúncia da violência policial contra pobres, camisetas estampavam rostos de pessoas assassinadas. Havia a lembrança dos “2000 mil dias sem justiça”, numa referência à não identificação dos mandantes dos assassinatos de Marielle e Anderson. E a ansiedade pela prisão do ex-presidente criminoso foi registrada em algumas das imagens daquela passeata colorida no espírito das ruas.



Fotos: Elisângela Leite

ACIMA, a ansiedade pela prisão do presidente genocida. Ao lado, a denúncia do assassinato de crianças na periferia do Rio de Janeiro



COBRANÇA. "Quem mandou matar Marielle". Ao lado, dirigentes do Sintufrrj na marcha

